



09/044773-5

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE AUXILIAR DO COMÉRCIO
23200 830723	(vide Tabela 1)	

## 1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

000187

NOME: EDMIL CONSTRUÇÕES LTDA  
(da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	-------	---------------------------

03				<b>CADASTRADA</b> ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS Luciano
----	--	--	--	---

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Fontalga 7A  
Local

19.05.09  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: Carlos Roberto de Azevedo Neto

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de contato: \_\_\_\_\_

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.  
A decisão

02.06.09  
Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Sérgio Luiz Bastos Barbosa  
Supervisor de Núcleo

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se o arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☒ Processo em exigência  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se o arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

02.06.09  
Data

Maria do Socorro Maciel Arraes  
Vogal  
Presidente da Turma

Zaira Caldas Oliveira  
Vogal

João Porto Guimarães  
Vogal

### OBSERVAÇÕES



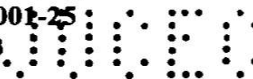
Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico que este documento da empresa EDMIL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 03382356000125, foi deferido e arquivado sob o nº 23300028872 em 02/06/2009. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo C221001920290 e o código de segurança 5cfe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.

**EDMIL CONSTRUÇÕES LTDA**

CNPJ/MF nº.03.382.356/0001-25

NIRE 23.200.830.723

**Ata da Reunião Extraordinária de Sócios**

**I. Data, Hora e Local:** Aos 15 (quinze) dias do mês de maio do ano de dois mil e nove (2009), às 10hs, na sede da Sociedade, localizada na Rua Dr. Miguel Pinto, n.º 246, Centro, Quixeramobim (CE), CEP 63800-000.

**II. Convocação:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos sócios.

**III. Presença:** Sócios representando a totalidade do capital social, a saber:

a) **Inês Helena Aguiar de Vasconcelos**, brasileira, natural de Fortaleza (CE), casada sob o regime da comunhão parcial de bens, comerciante, portadora da cédula de identidade RG nº. 94002124198 SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o nº. 357.355.203-00, residente e domiciliada em Fortaleza (CE), à rua Silva Jatahy, 724 – apto. 1800, bairro Meireles, CEP 60165-070; e

b) **Edmil Eletrificação Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 63.476.931/0001-80, sediada em Quixeramobim (CE), à Rua José Cipriano, nº. 277, bairro Centro, CEP 63800-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará (“Jucec”), sob NIRE 23.200.503.552, por despacho de 05.06.1991, neste ato representada por sua sócia-administradora, Sra. Inês Helena Aguiar de Vasconcelos, acima qualificada.

**IV. Mesa:**

Presidente: Sra. Inês Helena Aguiar de Vasconcelos. Secretário *ad hoc* – Henrique Jorge Nogueira Pimentel.

**V. Ordem do Dia:**

a) Deliberar a respeito da transformação do regime societário da Empresa, de sociedade limitada para sociedade anônima, com mudança da denominação para “EDMIL ENGENHARIA S/A”; b) Conversão das quotas sociais em ações de sociedade anônima, mantido o mesmo capital social; c) Aprovar a mudança do endereço da sede da Sociedade; d) Exame e aprovação do Estatuto Social; e) Eleição da Diretoria; f) Outros assuntos relacionados à Sociedade.

**VI. Deliberações:**

Instalada a Assembléia, após a discussão das matérias, os Sócios deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue:

(a) Aprovar a transformação do tipo societário, de sociedade limitada para sociedade anônima, sob a denominação de “EDMIL ENGENHARIA S/A”,



sem solução de continuidade, mantendo todos os direitos e obrigações, ativo e passivo sociais, consoante previsão legal contida no art. 1.113 do Código Civil Brasileiro, c/c o art. 220 da Lei 6.404/76;

- (b) Aprovar a conversão da totalidade das quotas sociais em idêntico número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem qualquer mudança no valor do capital social. Em consequência, cada quota corresponderá a 01 (uma) Ação Ordinária na sociedade transformada, cabendo a cada um dos sócios a quantidade de ações ordinárias correspondente, mantendo-se inalterado valor das respectivas participações e a proporcionalidade de cada um dos acionistas no capital social;

Em razão da deliberação acima, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, permanece no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), doravante dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas: (a) Edmil Eletrificação Ltda: 45.000 ações ordinárias nominativas; e (b) Inês Helena Aguiar de Vasconcelos: 5.000 (cinco) mil ações ordinárias nominativas.

- (c) Aprovar a mudança do endereço da sede da Sociedade, que passará a funcionar na Rua Edmilson Correia de Vasconcelos, nº. 11, Centro. Quixeramobim, Ceará, CEP 63800-000.
- (d) Aprovar a mudança do objeto social da Sociedade, para incluir a atividade de participação em outras sociedades, de tal modo que o objeto social passará a compreender as seguintes atividades: (a) *Construção de edifícios industriais, comerciais, residenciais, educacionais, recreativos, esportivos, assistencial e institucional;* (b) *Construção de rodovias, vias urbanas, praças, parques, estádios, reservatórios, redes de esgoto, adutora, estação de tratamento, diques, aquedutos e poços artesianos;* e (c) *Participação no capital de outras sociedades, controlando-as ou não.*
- (e) Aprovar o Estatuto Social, nos termos do Anexo I à presente Ata, parte integrante e indissociável desta, sob o qual se regerá a Sociedade transformada.
- (f) Eleger os membros da Diretoria, com mandato para o triênio 2009/2012, a saber:

**Diretora – Presidente: Inês Helena Aguiar de Vasconcelos**, brasileira, natural de Fortaleza (CE), casada sob o regime da comunhão parcial de bens, comerciante, portadora da cédula de identidade RG nº. 94002124198 SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o nº. 357.355.203-00, residente e domiciliada em Fortaleza (CE), à rua Silva Jatahy, 724 – apto. 1800, bairro Meireles, CEP 60165-070;

**Diretor Vice Presidente: Henrique Jorge Nogueira Pimentel**, brasileiro, natural de Fortaleza (CE), solteiro, maior, nascido em 14/04/1967, eletrotécnico, portador da CNH n.º 01751534304 DETRAN/CE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 260.456.563-34, residente e domiciliado em Quixeramobim/CE, na Rua Tenente João Machado, nº. 76, Centro, CEP 63800-000.



Os Diretores eleitos foram desde logo empossados nos seus respectivos cargos, conforme assinatura dos respectivos termos no Livro de Reunião de Diretoria, e terão mandato até 30 de Abril de 2012, data em que deverá ser realizada a Assembléia Geral Ordinária para aprovar as contas do exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2011, declarando eles, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

- (g) Aprovar a verba anual de até R\$10.000,00 (dez mil reais) para a remuneração dos Diretores, respeitada a capacidade financeira da Sociedade.
- (h) Por não ser de funcionamento permanente, bem assim por não haver sido solicitado por qualquer acionista, a Assembléia deliberou pela não constituição do Conselho Fiscal, que poderá vir a ser constituído posteriormente, nos termos do Estatuto Social;
- (i) Autorizar os Diretores eleitos à prática de todos os atos necessários a efetuar o registro desta Ata na Junta Comercial do Estado do Ceará, bem como promover as alterações cadastrais da Companhia junto aos órgãos da Fazenda Nacional, Estadual e Municipal e demais repartições públicas, relativas à transformação do tipo societário.

#### VII – Encerramento:

Concluídos os trabalhos desta Reunião, foi lavrada a presente Ata que, após ser lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes, conforme assinaturas abaixo.

Quixeramobim (CE), 15 de maio de 2009.

Mesa:

*Inês Helena Aguiar de Vasconcelos*  
Inês Helena Aguiar de Vasconcelos  
Presidente

*Henrique Jorge Nogueira Pimentel*  
Henrique Jorge Nogueira Pimentel  
Secretário ad hoc

Acionistas:

*Inês Helena Aguiar de Vasconcelos*  
p. Edmil Eletificação Ltda  
CNPJ/MF 63.476.931/0001-80

*Inês Helena Aguiar de Vasconcelos*  
Inês Helena Aguiar de Vasconcelos  
CPF/MF 357.355.203-00

Diretores:

*Inês Helena Aguiar de Vasconcelos*  
Inês Helena Aguiar de Vasconcelos  
CPF/MF 357.355.203-00  
- Diretora Presidente -

*Henrique Jorge Nogueira Pimentel*  
Henrique Jorge Nogueira Pimentel  
CPF/MF nº.260.456.563-34  
- Diretor Vice-Presidente -

Página 3 de 9

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE  
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 02/06/2009  
SOB Nº: 2005/447735  
Protocolo: 09/044773-5, DE 20/05/2009  
Empresa: 23 2 0083072 3  
EDMIL CONSTRUÇÕES LTDA

HAROLDO FERNANDES MOREIRA  
SECRETARIO-GERAL



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico que este documento da empresa EDMIL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 03382356000125, foi deferido e arquivado sob o nº 23300028872 em 02/06/2009. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo C221001920290 e o código de segurança 5cfe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.

*Lenira Cardoso de Alencar Seraine*  
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE  
SECRETARIA GERAL

**EDMIL ENGENHARIA S/A**  
**CNPJ/MF nº. 03.382.356/0001-25**



**Estatuto Social**

*(Anexo I, Ata da Reunião Extraordinária de Sócios, realizada em 15.05.2009)*

**Nome e Duração**

**Artigo 1º.** Edmil Engenharia S.A., sociedade anônima de ações, de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.

**Sede Social**

**Artigo 2º.** A Sociedade tem sua sede e foro na Cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, à Rua Edmilson Correia de Vasconcelos, n.º 11, Centro, CEP 63800-000, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembléia Geral de Acionistas.

**Objeto Social**

**Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades: (a) Construção de edifícios industriais, comerciais, residenciais, educacionais, recreativos, esportivos, assistencial e institucional; (b) Construção de rodovias, vias urbanas, praças, parques, estádios, reservatórios, redes de esgoto, adutora, estação de tratamento, diques, aquedutos e poços artesianos; e (c) Participação no capital de outras sociedades, controlando-as ou não.

**Capital Social e Ações**

**Artigo 4º.** O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o qual se encontra totalmente integralizado, dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**Artigo 5º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de 1 (um) voto nas Assembléias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável.

**Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Sociedade emitirá certificados de ações. Os certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) Diretores da Sociedade.

**Artigo 7º.** Por deliberação dos Acionistas titulares de 2/3 (dois terços) do capital da Sociedade, em Assembléia Geral especialmente convocada para este

Página 4 de 9



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico que este documento da empresa EDMIL CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ 03382356000125, foi deferido e arquivado sob o nº 23300028872 em 02/06/2009. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo C221001920290 e o código de segurança 5cfe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE  
SECRETÁRIA GERAL

fim, poderão ser criadas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, com as preferências e vantagens que lhes forem atribuídas na emissão.

### **Assembleia Geral de Acionistas**

**Artigo 8º.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei.

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas.

**Artigo 10º.** As Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pela Diretoria e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes, o qual, por sua vez, deverá indicar, dentre os presentes, o Secretário.

Parágrafo Primeiro - Independentemente do disposto no "caput" deste artigo, será considerada regularmente instalada a assembleia geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo Segundo - Qualquer acionista poderá ser representado por procurador, sendo então considerado presente à reunião.

**Artigo 11º** As deliberações nas assembleias gerais deverão ser aprovadas por maioria simples das ações com direito a voto, exceto nos casos de *quorum* qualificado, previsto neste Estatuto ou na legislação de regência.

**Artigo 12º** Compete à Assembleia Geral Ordinária:

- (a) tomar as contas dos administradores;
- (b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- (d) eleger e destituir os Administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso, e fixar-lhes a remuneração.

**Artigo 13º** Dentre outras atribuições conferidas pela lei ou neste Estatuto, compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- (a) reformar o Estatuto Social;
- (b) autorizar a emissão de ações e de debêntures;
- (c) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- (d) destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia;
- (e) deliberar sobre a avaliação dos bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (f) autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- (g) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação;

Página 5 de 9



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico que este documento da empresa EDMIL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 03382356000125, foi deferido e arquivado sob o nº 23300028872 em 02/06/2009. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo C221001920290 e o código de segurança 5cfe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.



- (h) eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (i) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata;
- (j) autorizar a obtenção e/ou concessão de empréstimos ou financiamentos;
- (k) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social da sociedade; e
- (l) deliberar sobre a compra, venda ou alienação de bens móveis e/ou imóveis da Companhia, bem assim quaisquer outros bens do ativo permanente da Sociedade, inclusive sobre a constituição de ônus reais sobre quaisquer bens ou direitos da Companhia e/ou sobre a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- (m) Deliberar sobre a cessão ou transferência, gratuita ou onerosa, dos direitos de participação pertencentes à Companhia, dispensada essa exigência quando do ato de cessão constar a participação e anuência de todos os acionistas desta Companhia, por escrito.

### **Administração da Sociedade**

**Artigo 14º.** A administração da Sociedade compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

Parágrafo Primeiro – Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo – A Assembléia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a esta deliberar sobre a sua distribuição a seus membros.

### **Diretoria**

**Artigo 15º** A Diretoria será composta por 2 (dois) Diretores, Acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas, e por esta destituíveis, a qualquer tempo, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo um deles designado Diretor Presidente e um outro Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo Primeiro – O Diretor Presidente, em seus impedimentos ou ausências temporárias, será substituído pelo Diretor Vice-Presidente e este último pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Segundo – No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembléia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da vacância.

**Artigo 16º.** Compete à Diretoria a representação da Sociedade, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social.

Página 6 de 9



Artigo 17º. O Diretor Presidente da Sociedade ~~terá os poderes específicos~~ para, em conjunto ou isoladamente:

- (a) Representar a sociedade, ativa ou passivamente, ~~em juízo ou fora dele,~~ perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais;
- (b) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores;
- (c) Coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Sociedade, bem como a sua apresentação aos Acionistas;
- (d) Supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal;
- (e) Convocar a Assembléia Geral de Acionistas;
- (f) Admitir, promover, punir, estabelecer salários, dispensar e demitir empregados;
- (g) Receber relatórios contábeis, planejamentos e metas das empresas cuja a sociedade mantenha participação;
- (h) Realizar pesquisas de mercado sobre as atividades desempenhadas pelas empresas cuja a sociedade mantenha participação;
- (i) Manter contato com investidores nacionais e estrangeiros, no sentido de captar recursos para as empresas cuja a sociedade mantenha participação, bem como para o desenvolvimento de novos projetos e empreendimentos de interesse da sociedade;
- (j) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, podendo, para tanto, assinar e endossar cheques, recibos e quaisquer outros documentos, dar quitação de importância e valores devidos à Sociedade, respeitadas as limitações impostas por este Estatuto;
- (k) Emitir e endossar títulos de crédito;
- (l) Prestar avais em favor da companhia;
- (m) Dirigir as atividades administrativas e financeiras da Sociedade, executando sua política e comercialização;
- (n) Preparar as normas administrativas e instruções de serviços;
- (o) Organizar o quadro de pessoal;
- (p) elaborar o relatório anual da administração e supervisionar os serviços contábeis e a elaboração de demonstrações financeiras periódicas ou anuais.

Artigo 18º Compete ao Diretor Vice-Presidente as seguintes atribuições:

- (a) dirigir as atividades administrativas e financeiras da Sociedade, executando sua política e comercialização;
- (b) preparar as normas administrativas e instruções de serviços;
- (c) organizar o quadro de pessoal;
- (d) elaborar o relatório anual da administração e supervisionar os serviços contábeis e a elaboração de demonstrações financeiras periódicas ou anuais.

Artigo 19º As procurações outorgadas em nome da Sociedade o serão sempre por qualquer Diretor, agindo isoladamente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de um (01) ano de validade.





Parágrafo Único – Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Sociedade, ~~presumir-se-á que as~~ mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Artigo 20º São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembléia Geral de Acionistas.

Artigo 21º As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes, tendo o Diretor Presidente o voto qualificado em caso de desempate.

### **Conselho Fiscal**

Artigo 22º O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, conforme previsto em lei.

Artigo 23º O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

Parágrafo Único – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembléia Geral de Acionistas que os elege.

### **Exercício Social e Lucros**

Artigo 24º O exercício social terá início em 1º. de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados.

Parágrafo Primeiro – Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo Segundo – Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Terceiro – O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembléia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Quarto – A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses

Página 8 de 9



societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido.

Parágrafo Quinto – Observadas as disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembléia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

### Liquidação

Artigo 25º A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembléia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante.

Artigo 26º A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembléia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, de acordo com o artigo 118 da Lei 6.404/76, conforme alterada.

Artigo 27º Em tudo o que for omissso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes.

Quixeramobim, Ceará, 15 de Maio de 2009.

Mesa:

*Inês Helena Aguiar de Vasconcelos*  
Inês Helena Aguiar de Vasconcelos  
Presidente

*Henrique Jorge Nogueira Pimentel*  
Henrique Jorge Nogueira Pimentel  
Secretário ad hoc

Acionistas:


*Inês Helena Aguiar de Vasconcelos*  
p. Edmil Eletificação Ltda  
CNPJ/MF 63.476.931/0001-80

*Inês Helena Aguiar de Vasconcelos*  
Inês Helena Aguiar de Vasconcelos  
CPF/MF 357.355.203-00

Visto:

*Clóvis Ricardo C. da S. Mapurunga*  
Clóvis Ricardo C. da S. Mapurunga  
Advogado – OAB/CE n.º 4.203

Página 9 de 9

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 02/06/2009  
SOB Nº: 20090447735  
Protocolo: 09/044773-5, DE 20/05/2009  
Empresa: 23 2 0083072 3  
EDMIL CONSTRUÇÕES LTDA  
*Haroldo Fernandes Moreira*  
HAROLDO FERNANDES MOREIRA  
SECRETARIO-GERAL



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico que este documento da empresa EDMIL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 03382356000125, foi deferido e arquivado sob o nº 23300028872 em 02/06/2009. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo C221001920290 e o código de segurança 5cfe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.